

# Geografia do Brasil

## Resumo por Rafael Ávila

### Demografia

#### População Brasileira

O crescimento populacional atingiu, segundo dados da ONU, os 6 bilhões de habitantes em 1999. Destes, 1,5 bilhão vivem nos países do mundo Desenvolvido enquanto a grande maioria estão nos países em desenvolvimento (antigamente chamados de Terceiro Mundo). Os países ricos passaram a adotar medidas de controle de crescimento populacional, o mesmo não acontecendo nos países mais pobres. Com isso, se estabeleceu uma tendência de ficar cada vez mais desequilibrada a relação numérica e quantitativa entre os blocos dos países ricos e pobres.

Em 1995, no Cairo (Egito), realizou-se uma conferência cujo objeto de discussão foi, obviamente, os processos de desenvolvimento e crescimento das populações dos países do mundo em desenvolvimento. Os países mais ricos propuseram dentre outras coisas: 1) que os países adotassem medidas para reduzir a fecundidade e a fertilidade das mulheres; 2) adotassem medidas para melhoria da qualidade de vida das famílias mais pobres. Tudo isso para diminuir os custos dos países ricos em doações humanitárias, empréstimos e financiamentos. O controle de natalidade é um assunto polêmico pois envolve ainda atores que não estatais, como a Igreja, que condenam os métodos usados neste controle.

Segundo dados do Censo 2000, a população brasileira atingia os 169 milhões de pessoas, sendo que quase 82% delas viviam em áreas urbanas. Ou seja, entre 1980 e 2000, a população brasileira saiu da casa dos 120 milhões para os 170 milhões. Apesar de ser um país populoso, todavia, nossa densidade demográfica é baixa (19,3 hab/km<sup>2</sup>). Há uma nítida concentração de pessoas nas faixas litorâneas, especialmente da região sudeste. No RJ, por exemplo, a densidade demográfica passa de 300 hab/km<sup>2</sup>, no Amazona a densidade é de 1,4 hab/km<sup>2</sup>.

Dentre as zonas mais densamente povoadas estão: Zona da Mata Nordestina; Encosta do Borborema; Agreste (PE e PB); Recôncavo Baiano; Zona Cacaueira (BA); Sul de Minas e Zona da Mata mineira; Sul do ES; RJ e SP; Zonas coloniais de SC e RS; Distrito Federal.

A estimativa é que em 2002 a população brasileira tenha atingido 173 milhões de pessoas e que passe dos 180 milhões em 2006 (o crescimento líquido estaria em torno de 13,2 mil hab/ano, ou seja, 1,32%). A população brasileira foi em raríssimos momentos de maioria masculina (1960) e já em 1970 a população urbana superava a rural. Duas questões contribuíam para o aumento populacional: crescimento vegetativo e imigração. Este segundo já teve mais importância no caso brasileiro.

O crescimento vegetativo, diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, vem caindo no país. Ainda sim, este índice varia muito de região para região. As taxas mais elevadas são encontradas no Nordeste e Norte, enquanto as mais baixas são encontradas no Sul e no Sudeste. As taxas de mortalidade também seguem o mesmo padrão regional encontrado na taxa de natalidade. Estas são mais elevadas ainda nas zonas rurais e incidem mais em homens do que em mulheres. A taxa de mortalidade infantil vem diminuindo no país e, em 2000-2001, atingiu o índice de 37 por mil crianças.

#### Estrutura Etária e Formação da População

O Brasil sempre foi considerado um país jovem. De acordo com os censos de 1991 e 2000, este perfil vem mudando aos poucos. A taxa de natalidade está se reduzindo de maneira significativa nos últimos anos e isto

apresenta reflexo imediato na construção da pirâmide etária (é a representação gráfica da composição de uma população segundo sexo e idade). Pelo Brasil ser um país em desenvolvimento (leia-se subdesenvolvido) a pirâmide apresenta uma base larga e um ápice estreito. Mas, de acordo com o censo de 1991, houve uma mudança deste quadro, pois a população adulta passou a predominar em relação à jovem.

#### Censo Demográfico de 2000

A idade média da população brasileira era de 21,7 anos em 1991 e passou a ser de 24,2 em 2000. O Estado do RJ é o quem tinha, em 2000, maior das idades medianas (28,1 anos) e o Amapá a menor delas (18,3 anos). No país como um todo o número de crianças (o a 14 anos) diminuiu (34,73% em 1991 para 29,6% em 2000). O grupo de idosos, todavia, cresceu, de 4,83% em 1991 para 5,85% em 2000.

Estrutura por Sexos – predomina-se as mulheres em quase todas as regiões, exceto naquelas cujo índice de migração é maior.

#### Formação Étnica da População Brasileira

Três grupos deram origem aos brasileiros: indígenas; brancos e; negros. Pode-se dizer que os amarelos recentemente vem incorporando características ao povo brasileiro. As pesquisas recentes indicam que a população indígena não passa de 0,6% do total de brasileiros, 5% de negros, 54,3% de brancos e 40,1% de pardos.

#### População Economicamente Ativa (PEA)

Dentre os aspectos relevantes que caracterizam a estrutura de uma população, ressaltam-se, pela sua influência no desenvolvimento do país, as atividades principais exercidas pela população (setor primário, secundário e terciário). Até 1976, o setor principal brasileiro era o primário. De 1976 em diante, o terciário passou a ser o mais importante e o secundário cresceu (1970-1991, 17,8% para 22,7%). A população ativa no Brasil em 1991 era de 43% mas com baixo nível tecnológico. Dentre as regiões brasileiras, a Norte e a Nordeste são as que apresentam maiores concentrações no setor primário, enquanto o sudeste e o sul são as regiões de menor concentração.

O grande aumento do setor terciário ocorreu devido ao desenvolvimento do país, juntamente com a urbanização da população, que passou a exigir mais intensamente as atividades de serviços. A esperança de vida ao nascer varia muito de estado para estado (no RS é 74,6 anos e na PB é de 53,7). Os índices de alfabetização também variam muito (90,8% no DF e 54,7 em Alagoas). Os Índices de IDH também refletem as disparidades nacionais (0,871 para RS e só 0,466 para a Paraíba).

#### Movimentos Migratórios Internos

Os principais movimentos migratórios históricos brasileiros foram: 1) Migração de nordestino da Zona da Mata para o Sertão por conta do gado; 2) de nordestinos e paulistas para MG por conta do ouro; 3) Migração dos Nordestinos para a Amazônia por conta da borracha. No século XX, houve ainda a migração de nordestinos para Goiás para a construção de BSB e a migração de sulistas para Rondônia e Mato Grosso (década de 1970).

#### Migração de campo-cidade ou êxodo rural

Êxodo Rural consiste no deslocamento de grande parcela da população da zona rural para a zona urbana, transferindo-se das atividades econômicas primárias para as secundárias e terciárias. No Brasil, o êxodo começou a acontecer a partir do surto industrial do Sudeste, iniciado nos anos 1940.

Dentre as causas do êxodo estão: baixo nível de vida no campo; piores salários; falta de escolas e assistência médica; atração das cidades que parecem oferecer maiores oportunidades de vida. Esta melhoria de vida de fato não ocorre, pois o mercado de trabalho nas cidades não cresceu na mesma medida que a oferta de mão-de-obra, além do fato de que está mão-de-obra que vem das zonas rurais raramente é qualificada. Estes migrantes acabam engrossando as fileiras do desemprego ou do sub-emprego. Nas áreas rurais, a mecanização vem “expulsando” ainda mais trabalhadores, o que agrava a situação nas cidades. Todavia, a saída de muitos trabalhadores gera, nas áreas rurais, o processo de despovoamento.

O Estatuto do Trabalhador Rural de 1964 que veio para consertar algumas injustiças do campo acabou fazendo com que os bóias frias e diaristas substituíssem os trabalhadores regulares (mais caros).

Principais causas e conseqüências do êxodo rural

Causas que expulsam trabalhadores:

- a) excedentes populacionais que acarretam em um desequilíbrio entre mão-de-obra disponível e oferta de emprego;
- b) mecanização da agricultura;
- c) intempéries naturais;
- d) falta de infra-estrutura para viver;
- e) baixa remuneração;
- f) concentração de terras

Conseqüências do êxodo rural:

- a) perda de população ativa e queda geral da produção ou estagnação econômica das áreas rurais;
- b) nas zonas urbanas, rápido aumento da população, sobrecarga da infra-estrutura, desemprego, marginalização, e outros.

Mesmo que ainda não ocorra uma total reversão do processo, nota-se que vem ocorrendo no país uma reversão da migração, ou seja, pessoas voltando às suas terras de origem. Também, o fluxo de êxodo diminuiu significativamente. Hoje, os movimentos migratórios são bem menores e mais localizados, preponderando os fluxos para as capitais próximas das regiões de origem, ou seja, ao invés dos nordestinos migrarem para o sudeste, eles migram é para as cidades metrópoles de sua região próxima. Além disso, a migração vem adquirindo um novo formato (urbano/urbano).

Novas fronteiras agrícolas – a partir da década de 1970, a região sul passou a “exportar” parte de sua população para a nova fronteira agrícola (MT/RO). Sem espaço para trabalhar nas agriculturas mecanizadas do sul, muitos trabalhadores começaram a migrar para áreas em que a agricultura ainda estava começando. O Paraná registrou a maior saída de trabalhadores de toda a região sul, enquanto a população do centro-oeste cresceu 73% na década de 1970. Posteriormente, quem mais cresceu foi a região norte. Rondônia registrou um crescimento populacionais impressionante na década de 1970 (342%).

Migrações Internas recentes

1) BSB e periferia; 2) áreas metropolitanas; 3) oeste paranaense e catarinense; 4) RO, AP, PA; 5) áreas madeireiras e mineradoras na Amazônia; 6) áreas de expansão da pecuária de corte em manchas de cerrado no Centro-Oeste.

Áreas de evasão populacional

1) áreas em que a cultura do café vem sendo substituída pela pecuária de corte, ou por outras culturas comerciais; 2) áreas de economia estagnada pela pecuária extensiva.

Urbanização

É um processo e ocorre quando o crescimento da população nas cidades é superior ao crescimento demográfico do país. Nas cidades, as atividades predominantes originam-se do setor econômico secundário e terciário.

Cidade é um “organismo social fechado que se define no espaço pelo alto grau de relações entre seus habitantes, pelas suas relações com um espaço maior e pela independência de suas atividades em relação ao solo onde está localizada”. No Brasil, a partir de uma lei de 1983, utiliza-se o critério político-administrativo para se definir a cidade, sendo assim considerada toda sede de Município, não importando sua população nem expressão econômica. Município por sua vez é uma sociedade capaz de auto-governo e auto-administração dos serviços que lhe são peculiares.

Classificação das cidades quanto à Origem

Espontâneas ou naturais – aqueles que surgiram naturalmente. Seja porque foram **feitorias** (escalas de expedições marítimas para defender e explorar as terras coloniais; Cabo Frio, RJ), de **Defesa** (fortificações; Fortaleza), **Missões Religiosas** (SP), **Mineração** (Ouro Preto), **entroncamento ferroviário** (Bauru), **núcleo de colonização** (Maringá) ou **arraiais do bandeirismo** (Poxoréo).

Planejadas – criadas a partir de um plano previamente estabelecido (BH, BSB).

Classificação das cidades quanto à posição geográfica – situação da cidade em relação aos elementos do meio físico que lhe são próximos. Podem ser: **fluviais** (Juazeiro, BA); **marítimas** (RJ); **Litorânea** (não banhada pelo mar; Cubatão, SP); **interiorana** (Campinas, SP).

Classificação das cidades quanto à função urbana (a atividade básica em função da qual vive a cidade e da qual se origina o seu PIB). **Comercial** (SP); **Industrial** (Volta Redonda, RJ); **Religiosa** (Aparecida do Norte, SP); **Estação de Saúde** (Araxá); **Turística** Balneária (Camboriú, SC); **Militar** (Resende, RJ); **Turística** Histórica (Ouro Preto); **Portuária** (Santos); **Administrativa** (BSB).

Classificação das cidades quanto à hierarquia urbana (expressa pela rede urbana que a cidade apresenta e sua posição de polarização sobre as demais). **Metrópole Nacional** (aquela cuja área de influência abrange todo território nacional – SP e RJ); **Metrópole Regional** (aquela cuja área de influência abrange uma região do país, polarizando estas áreas através de infra-estrutura e equipamentos urbanos); **Capital Regional** (o espaço regional polarizado é menor e representa uma posição hierárquica intermediária entre o centro regional e a metrópole regional – Campinas, Goiânia); **Centro Regional** (diretamente influenciado pela capital regional e que polariza um subespaço dentro da área de influência da capital regional – Americana, SP).

Urbanização

É um processo de criação ou de desenvolvimento de organismos urbanos. Em 1970, o Brasil atingiu um total de 3.951 cidades. Dentre estas, 9 transformaram-se em metrópoles, constituídas pela cidade principal e por núcleos urbanos de maior importância, situados à sua volta em sua função.

Megalópoles – Correspondem a conurbação de várias metrópoles, com fusão de sítios urbanos, gerando gigantescos aglomerados que ocupam extensas áreas. Alguns autores consideram que há um processo de formação de uma megalópole, unindo São Paulo ao Rio pelo Vale Paraíba.

Conceitos Importantes

1) Região Polarizada – Constituição da região planejada em torno de metrópoles. O regionalismo leva à formação de diversas grandes cidades que podem atingir milhões de habitantes e onde cada uma delas pode alcançar caráter metropolitano internacional. O estudo das regiões polarizadas nos leva à divisão de estados em regiões administrativas e, estas, em sub-regiões.

2) Malha Urbana – forte concentração de cidades em uma determinada área do país.

3) Rede Urbana – sistema de cidades distribuídas numa região, encaradas como um complexo sistema circulatório entre núcleos e funções diferentes, mantendo relações entre si e dependentes de um centro principal que comanda a vida regional.

4) Áreas metropolitanas – conjunto de municípios contíguos e integrados com serviços públicos e infra-estrutura comuns.

5) Conurbação – reunião de duas ou mais cidades de crescimento contínuo formando um único aglomerado urbano.

6) Macrocefalismo – quando a população cresce em nível superior a infra-estrutura, acaba provocando um inchaço urbano com hipertrofia na atividade terciária tendo como conseqüências: a) elevação do nível de desemprego e sub-emprego; b) elevação da economia informal e ilegal; c) achatamento salarial por conta do excesso de oferta; d) ocupações irregulares.